



PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UM PARADIGMA A SER QUEBRADO

ARTIGO DE REVISÃO

SANTANA, Genilton Araujo de ¹

SANTANA, Genilton Araujo de. **Preconceito linguístico: Um paradigma a ser quebrado.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 04, Vol. 04, pp. 171-181. Abril de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/preconceito-linguistico>

RESUMO

A língua é uma das mais importantes formas de expressão e manifestação da cultura de um povo, quer em âmbito oral, quer em âmbito escrito. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar os diversos falares de um povo, de uma nação, de uma cultura. Assim como plantas e animais, a língua evolui e, desta forma, adapta-se ao contexto de uso, por esse motivo, devemos respeitar os falares que representam a riqueza de um país, principalmente, em se tratando de Brasil. Neste trabalho, de revisão bibliográfica, buscou-se apresentar as variações mais comuns que podem ocorrer em qualquer idioma, será relatado como surge o preconceito linguístico e a gramática normativa que é, muitas vezes, pretexto para manter o preconceito vivo. Como base deste trabalho, a fundamentação teórica estará nas obras do linguista Marcos Bagno e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por último, far-se-á uma breve síntese da fragilização da formação docente que reflete, fortemente, na prática do ensino linguístico. Por fim, elabora-se uma retrospectiva histórica no que tange o percurso da língua portuguesa, o preconceito que ainda, mesmo que de forma superficial, ainda persiste na atual sociedade e como este pode ser combatido em um

¹ Especialista em Metodologia do Ensino em Língua Portuguesa e Literatura. Especialista em Alfabetização e Letramento. Licenciado em Pedagogia. Licenciado em Letras.



ensino plural e de qualidade por meio da valorização da riqueza das variações linguísticas.

Palavras-chave: Variação linguística, preconceito, ensino.

1. INTRODUÇÃO

“Os seres humanos usam a língua para se comunicar, viver em sociedade e com ela se relacionar” (GOMES, 2011, p. 64).

O presente trabalho visa apresentar um panorama geral da sociolinguística enquanto ciência e sua importância no contexto social, far-se-á um breve apanhado da língua enquanto recurso, indispensável, para a convivência em sociedade, e os principais fatores que influenciam nas variações, que são pertinentes a qualquer idioma.

Abordar-se-á, neste trabalho, a fundamentação teórica de um dos mais prestigiados estudiosos da linguística nacional, Marcos Bagno, com base em sua ideia de preconceito abordada nas obras: *A Língua de Eulália e Preconceito Linguístico: O que é como se faz*. Será discutida, também, a relação língua escrita e língua falada, as principais diferenças entre ambas, sendo a última a precursora da primeira e partirá do pressuposto de que a língua é um organismo vivo e que, desta forma, a mesma apresenta evoluções e adequações de acordo com o contexto.

Será abordado, também, um dos mais importantes aspectos que permeia a sociedade em pleno século XXI, o preconceito linguístico, tema central, visto que este é um dos principais paradigmas que precisa ser quebrado para que seja possível criar possibilidades de ascensão das classes menos prestigiadas, que por muitas vezes, são barradas em consequência da forma como falam e o que, de acordo com os tradicionalistas, é visto como errado.

Será debatido o que, de fato, é certo ou errado de acordo com a Sociolinguística, e, por fim, encontrar estratégias que visem combater este tipo de preconceito, colaborando, desta forma, para uma prática educativa com ênfase no respeito e inclusão de todos no processo de ensino-aprendizado.



2. SOCIOLINGUÍSTICA, VARIAÇÃO E PRECONCEITO

Para Ilari e Basso (2011) de certa forma, tudo evolui, os animais, as plantas, os seres humanos e, consequentemente, junto a esse processo, surgem às modificações trazidas com o tempo, essas modificações atingem todo tipo de existência, desde o microrganismo ao mais complexo dos seres vivos.

Percebe-se, também, essa evolução na língua, afinal, a língua é um organismo vivo, ou seja, está sempre em uso, é uma ferramenta essencial para a comunicação, especificamente, humana (ILARI; BASSO, 2011).

Assim como os seres se adéquam ao seu ambiente, a língua se adéqua ao seu contexto de certa forma, podemos identificar além da evolução, uma grande variação linguística e neste contexto o surgimento da sociolinguística, ciência essencial para o estudo desta pluralidade, “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 1997, p.16).

A partir da fala do linguista Saussure (1997), faz-se necessário refletir sobre o que trata a sociolinguística, o estudo da língua enquanto ferramenta social, embora Saussure, no início do século XX, tivesse posto em questão a evolução da língua e suas variadas formas de uso, foi somente na década de 1960, que surgiram pesquisas que deram origem a sociolinguística.

William Labov (2008) é o principal pesquisador que deu início as primeiras pesquisas sobre a língua em uso, ou seja, a fala, suas pesquisas são voltadas para a análise de várias línguas, em especial, as análises de variações e tratamento estatístico, sendo assim, a sociolinguística vem contribuir para uma melhor compreensão da língua, por meio da relação com a sociedade e como ocorrem as modificações naquela.

A partir dessa ótica, abordar-se-ão as diversas modificações, brevemente, em especial o dialeto caipira que, por muitas vezes, é estigmatizado por não obedecer às regras impostas pela norma padrão (ILARI; BASSO, 2011).



2.2 AS VARIAÇÕES

De fato, conforme Ramos (2011) precisa-se combater a ideia que muitos ainda persistem em defender de que, o português falado no Brasil, trata-se de uma língua uniforme. Essa uniformidade é afirmada por pessoas de várias formações, escritores, historiadores e, principalmente, os gramáticos tradicionalistas.

Este pensamento tem exaltado uma visão tradicionalista de que o único dialeto existente no Brasil é o que obedece às regras da gramática tradicional, expressando falta de sensibilidade perante a riqueza cultural e linguística, oposto ao fato de que os falantes se adaptam naturalmente a diferentes contextos de fala. Infelizmente, grandes intelectuais preservam esta hipótese de uniformidade, o que pode ser constatado nas frases de Ribeiro (2011, p.9):

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. Falam uma mesma língua, sem dialetos.

Em oposição a este comentário, serão descritos, brevemente, os tipos de variações mais comuns que podem ocorrer em qualquer língua, segundo Suassure (1997) e Bagno (1999), são elas: variação diacrônica, variação diatópica, variação diastrática e variação diamésica.

A variação diacrônica conforme Bagno (1999) se dá com o decorrer do tempo, é verificada essa mudança em nosso dia a dia, por exemplo, em gírias, se utilizarmos hoje em dia a expressão “*estar de bonde*”, dificilmente, um jovem compreenderia termo este que, no contexto do namoro à antiga, significava “*estar com a namorada*”; hoje deu lugar ao termo “*ficar*”.

Outro exemplo interessante é a *gramaticalização*, processo em que uma palavra assume funções gramaticais: um caso específico é a formação do pronome *você*, derivado de *Vossa Mercê*, via *Vosmecê*, por fim, nosso atual *você* (BAGNO, 1999).



A variação diatópica, que segundo Sasseure (1997), vem do grego, dia = através de; topos = lugar, é um fenômeno que ocorre por meio das diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão geográfica, por exemplo, os países lusófonos, ou seja, países que possuem como língua materna a língua portuguesa. Vejamos algumas diferenças de significados lexicais entre o português brasileiro (PB) e o português de Portugal (PP):

PP ----- PB

Casa de banho - banheiro

Comboio - trem

Peão - pedestre.

Voltando para o Brasil, identifica-se este fenômeno, no interior de alguns estados, o denominado *dialeto caipira*, a ideia de caipira remete automaticamente ao modo de falar de habitantes de regiões interioranas, que possui como característica o erre retroflexo (J), ou pela queda do erre em certas palavras (CUNHA, 2000).

Exemplos:

Começá por começar, *querê* por querer. Os casos em que ocorre o uso do erre retroflexo em fins de sílaba (*animar* ou *animá* por animal; *vortá* por voltar etc.).

Voltar-se-á a este assunto mais adiante, este tipo de variação é o assunto principal deste trabalho, aqui serão apresentadas as mudanças que fazem parte do processo de evolução de uma língua (CUNHA, 2000).

Já a variação diastrática, para Saussure (1997), diz respeito aos extratos sociais e pode ocorrer em níveis: fonéticos, morfológicos e sintáticos, como exemplo, as variedades entre as falas de uma adolescente repleta de gírias, em contraposição a fala de um adulto mais formal, sem tanta utilização de gírias, como exemplo as falas de Ilari e Basso (2011, p.175) “referida às vezes como *português subpadrão*” ou “*português substandard*”.



Existe ainda a variação diamésica, que compreende as diferenças entre língua falada e escrita, embora, neste momento, não nos aprofundemos neste tipo de variação linguística, visando limitar-se ao preconceito linguístico (SAUSSURE, 1997).

2.3 A FORMA QUE TUDO PADRONIZA

Como já discutido, toda língua muda, em qualquer momento de sua história, está irremediavelmente sujeita à variação, quer aceitemos ou não e infelizmente, a ideia de que o português do Brasil é uma língua uniforme persiste, ocultando, desta forma, outras formas de variação: diastrática, diacrônica e diamésica (SUASSURE, 1997).

Esta forma de padronização, defendida por gramáticos tradicionalistas, de que a língua tanto escrita quanto falada deve obedecer às normas descritas pela gramática oficial, gera um tipo de contradição que Bagno caracteriza como uma espécie de molde:

As gramáticas normativas tentam ser um molde. Só que o uso que se faz delas, em geral, é uma costura às avessas. Em vez de pegar o molde para, com ele, cortar o tecido e depois montar o vestido, os normativistas, e o ensino tradicional baseado neles, fazem o contrário: pegam um uso real e concreto de língua (um vestido já pronto) e vão medir e avaliar esse uso para ver se ele está de acordo com o molde preestabelecido. (BAGNO, 2014, p.160).

Esta forma desigual de classificar a língua, conforme Bagno (2014) pode separá-la em duas medidas; de um lado está toda a massa de língua produzida pelos falantes, de outro está à fórmula da gramática normativa. O que sair em desacordo com a fórmula pode não ser considerado ideal perante os olhos tradicionais acarretando assim o surgimento do preconceito linguístico. Desta maneira julga-se correto o que está de acordo com a fórmula, e incorreto o que não segue à risca o padrão imposto. No entanto, o que devemos encarar é que, o errado hoje pode já não ser amanhã, vejamos alguns exemplos:



O verbo latino *laxare*, o italiano, *lasciare*, o francês, *laisser*, com o verbo português deixar. Percebemos que houve uma troca de L por D, por serem duas consoantes dentais, aparentadas uma cedeu lugar a outra. Verifica-se que o que foi “erro” no passado, agora é o que há de mais “correto” (RAMOS, 2011).

Analisemos que seria “erro” se alguém dissesse *leixar* em vez de *deixar*. O que acontece nesse processo em muitas das vezes é o atraso da norma-padrão em relação às variedades vivas da língua em uso, onde as formas novas não param de surgir, concorrendo com as mais antigas até eliminá-las (RAMOS, 2011).

Bagno (2014), em seu livro A língua de Eulália, chama a atenção para uma questão crucial que é a base de manter a leis impostas pela gramática tradicional como modelo:

Ela representa no imaginário coletivo, a língua supostamente falada pelas camadas sociais de prestígio, que detêm o poder econômico e político no país. Essas classes privilegiadas veem na norma-padrão conservadora um elemento precioso de sua própria identidade, a maneira de falar marca uma diferença (e até uma rejeição) em relação à língua da plebe, da refameia, à língua “vulgar”... (BAGNO, 2014, p.172).

Essa padronização linguística serve como instrumento para separar as camadas sociais, ou seja, é uma forma de preservar o preconceito. Bagno (1998, p.09) faz uma bela comparação, em seu livro Preconceito Linguístico: o que é como se faz: “A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta”,

2.4 A SOCIEDADE QUE NÃO ACEITA O “NOVO”

Um caso muito recente pode ser descrito aqui, para que possamos esclarecer de uma forma prática o preconceito linguístico: no início do ano de 2011, foi lançado e distribuído, pelo Ministério da Educação (MEC), um livro para ser trabalhado com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), obra multidisciplinar, intitulada “Por uma vida



melhor”, volume 2 da coleção “Viver, aprender”. A publicação causou impacto, principalmente, no ramo da linguística, em especial, no que diz respeito ao ensino tradicional, por conta de um capítulo que trata da língua portuguesa, escrito pela professora Heloísa Ramos, capítulo este, em que a autora apresenta aos estudantes frases que não seguem as normas impostas pela gramática tradicional, afirmando que “se pode falar dessa forma”, aludindo claramente à noção de certo e errado em nosso idioma.

No capítulo nomeado de “Escrever é diferente de falar” a autora diz o seguinte:

A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada um tem seu lugar na comunicação cotidiana (RAMOS, 2011, p.12).

Ramos (2011) aborda a importância da norma padrão, e na sequência afirma que há diferentes formas de se falar e escrever dependendo do contexto de uso. Ainda neste mesmo capítulo em que são abordados temas sociolinguísticos, para exemplificar essas diferenças, um item do capítulo trabalha a concordância das palavras; neste momento, trabalha-se a “norma popular”, usando como exemplo a seguinte frase: “os *livro ilustrado mais interessante* estão emprestado”.

Este foi o motivo, para que o livro fosse assunto nacional, debatido em diversos meios de comunicação, sendo a autora duramente criticada por simplesmente afirmar que existem diversas maneiras de se expressar. O que de fato nos faz crer que o ensino tradicionalista ainda não foi revisado e que infelizmente nossos alunos são receptores de informações, sendo desta forma, “obrigados” a se comunicarem e escrever de acordo com um “manual” de falar e escrever bem. Segundo a autora:



O fato de haver a palavra os (plural) indica se tratar de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente [...] Você pode estar se perguntando: Mas eu posso falar “os livro?” Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz que se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião (RAMOS, 2011, p.15).

Ramos (2011) trabalhou com um tema pertinente para uma educação inovadora, uma vez que, para que se concretize um ensino democrático, faz-se necessário que o saber e cultura trazidos pelo educando façam parte do processo de ensino aprendizagem. Evidentemente, a sociedade posta é contraditória em seus ideais, visto que, prega-se uma teoria versus uma prática tradicional. Como está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. [...] A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua. (BRASIL, 2003, P.29).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabelece o respeito às variedades e, que a língua é constituída das mesmas, não existindo uma unidade linguística como verificamos nas críticas à obra de Ramos (2011), faz-se necessário, que esta consciência de pluralidade linguística alcance, na prática, a realidade escolar e assim contribua para o combate do preconceito.



Um tipo de dialeto que mais sofre preconceito devido às suas particularidades é o que denominamos como o falar caipira. Por possuir uma das suas características mais marcantes, como o erre retroflexo e a ausência do plural em todas as palavras (GOMES, 2011).

Bagno (2014) comenta o fenômeno característico do falar caipira:

Para indicar que se trata de mais de um, o português padrão precisa de mais de uma marca de plural, que modifica várias classes de palavras: artigo, substantivo, adjetivo, verbo... É o que a gente aprende e ensina na escola com o nome de concordância de número. Essa quantidade de marcas de plural é do ponto de vista econômico, um gasto excessivo (BAGNO, 2014, p.51).

Outra característica que se pode identificar neste dialeto é a vocalização do /lh/ em /i/: oio, bataia, navaia, faia, atrapaia, etc. Aqui há a possibilidade de fazer uma comparação com outro idioma, o espanhol padrão, aquele que é falado na região de Castela (espanhol castelhano), tudo que é escrito com LL é pronunciado “lhê”, equivalente ao nosso português padrão (BAGNO, 1999).

Em algumas regiões da Espanha, este LL é pronunciado “i”, e assim, como no Brasil, este fenômeno sofre preconceito. Da mesma maneira, como já foi dito anteriormente, qualquer dialeto que fuja das regras impostas pela gramática tradicional é estigmatizado. Sendo o camponês considerado menos favorecido financeiramente, analfabeto, trabalhador rural, enfim, é feita uma visão preconceituosa e estereotipada do que se entende como morador do campo. É necessário que se leve em consideração a cultura da população do interior, sua contribuição para a identidade brasileira e seu devido reconhecimento.(BAGNO, 1999).

Se a sociedade expandir seus horizontes e aceitar o diferente, oportunizará o país a caminhar rumo ao progresso, abandonará a fôrma que foi imposta, seguirá na constante marcha da evolução, porém se houver persistência em preservar o tradicional; estacionará no tempo (BAGNO, 1999).



A ideia, central da obra de Bagno (2014) em “A língua de Eulália”, é um importante instrumento para a formação docente que deve acolher a riqueza linguística que há no país, o trabalho com a variação linguística, em sala de aula, é de fundamental importância para reduzir o preconceito linguístico.

O tema do próximo tópico será a formação docente e o trabalho com as variantes, espera-se que, desta forma, haja contribuições significativas para uma boa atuação na formação de pessoas e, mais uma vez, minimizar o preconceito. (BAGNO, 1999).

2.5 A CRISE DA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA

É notável que a educação brasileira vive uma crise geral, constatando-se esse efeito, principalmente, na educação pública, onde persiste a forma tradicional de lecionar, o professor ainda é o detentor do conhecimento e os estudantes são meros receptores de informações, a sala de aula é limitada a lousa e giz, não dispondo na maioria das vezes, de recursos tecnológicos para que a aula torne-se mais dinâmica (GOMES, 2011).

Embora sejam implantadas políticas de melhorias educacionais, tais como PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), LDB (Lei de Diretrizes e Bases), essas não atingem as salas de aula, além do contexto educacional, o docente tem sua formação fragilizada, no que diz respeito à educação linguística, em universidades, os debates e mesmo os resultados de pesquisas científicas, praticamente, não ultrapassam o círculo restrito dos centros de investigação e das publicações especializadas, pouco numerosas e de distribuição deficiente (GOMES, 2011).

Há exemplos de faculdades em que as aulas de sintaxe se reduzem a transmissão de conteúdos da gramática gerativa, esses cursos restringem-se, em geral, a gramática da frase, esquecendo as regularidades da enunciação do texto. Desta forma, os docentes têm pouco acesso ao ensino eficiente da própria gramática que aprendem (GOMES, 2011).



Dessa maneira, acabará recorrendo às velhas práticas pedagógicas de ensino mecânico da tradição normativa, assim, um círculo vicioso de ensino padronizado de gramática que, por sua vez, novamente dará origem ao preconceito linguístico. Nesse cenário, muitos são os estudantes de Letras, que passaram pela faculdade sem sequer ter ouvido falar em pragmática, linguística, análise de discurso, linguística textual, letramento, enfim, disciplinas essenciais para a formação de um profissional qualificado, apto a atuar em prol de uma educação transformadora (SAUSSURE, 1997).

Na área da literatura, encontramos problemas semelhantes, o estudo reduz-se a um ensino esquemático de escolas literárias, sem se preocupar com a formação do leitor literário.

De acordo com um documento publicado pelo Ministério da Educação e Cultura:

Persiste, ainda, a tradicional concepção informativa de literatura, entendida como um conjunto de conhecimentos histórico-culturais e estéticos que se supõem poder fazer a mediação entre o leitor e a obra. Nessa concepção, o contato entre essas instâncias fica subordinado a critérios de avaliação e mecanismos de acesso atrelados a preceitos nem sempre muito adequados à compreensão da obra, por conta de uma origem de caráter normativo ou excessivamente canônico, que acabam perturbando o efetivo trabalho do leitor (BRASIL, 1998, p.45).

O resultado, desta má formação, é que os professores de ensino fundamental e médio, ao terem acesso às políticas oficiais de ensino, sentem nítida dificuldade de interagir com esses textos, um exemplo comum é o uso do livro didático, evitado pela maioria dos professores, que não se sentem habilitados a utilizá-los de modo proveitoso e eficiente (ILARI; BASSO, 2011).



Nesse contexto, segundo Ilare e Basse (2011) abre-se uma lacuna para o ensino linguístico e para as propostas oficiais de ensino de língua, dessa maneira, o cidadão deixa de assegurar seus direitos linguísticos e permitir construir sua cidadania.

Conclui-se que, a boa formação docente, o reconhecimento das variedades, e mais investimentos na educação, farão com que cidadãos gozem seus direitos e que todos possam ser beneficiados com essa prática, abrindo mão de um ensino ineficiente, segregador, sem reflexões e meras reproduções, não havendo utilidade na construção do “ser” cidadão (ILARI; BASSO, 2011).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de levantar dados a respeito do ensino de língua portuguesa e a relevância do respeito e consideração das variedades linguísticas que constituem a vasta riqueza da nação brasileira. Ainda tratou-se, aqui, do preconceito linguístico e o grande entrave que este problema pode causar tanto no ensino eficaz da língua quanto na perpetuação da discriminação às classes menos privilegiadas que desconhecem a norma padrão, defendida pelos tradicionalistas, ou seja, o domínio ou não da norma padrão, pode ser uma forma mais de segregação social.

Foram apresentados dados de como este tipo de preconceito se manifesta em nossa sociedade, citando um exemplo recente que ocorreu com a publicação de um livro didático que foi distribuído nas escolas públicas do Brasil. Enfim, tratou-se de um vasto assunto acerca da metodologia do ensino da língua portuguesa e, por fim, foi debatida a importância de se validar e conhecer as variações linguísticas dos falantes de uma determinada língua, com o objetivo de amenizar o preconceito linguístico e dar acesso a todas as pessoas a um ensino eficaz, de qualidade, sempre amparado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Desta forma, espera-se que docentes em especial, especialistas em língua materna, licenciados em Letras e demais profissionais que trabalhem com formação de cidadãos críticos e reflexivos, apoiem um ensino democrático, sem qualquer tipo de



discriminação e com base nos princípios de equidade, solidariedade, alteridade e respeito, não sendo apenas uma utopia ou norma exigida em documentos e publicações legais, fazendo-se necessário que sua aplicação na realidade. Somente assim, será trilhado um futuro promissor onde, acima de tudo, haverá a democratização do ensino, sem discriminação e com a inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 2014.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF. 1998.

CUNHA, Sérgio Fraga *et al.* **Tecendo textos**. 2. Ed. Canoas: ULBRA, 2000.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de língua portuguesa**. Curitiba: Ibepe, 2011.

ILARI, R., BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2011.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

RAMOS, Heloisa. **Por uma vida melhor**. São Paulo: Global, 2011.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. **Soc. estado.**, Brasília , v. 26, n. 2, p. 23-49, Aug. 2011.

SUASSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

Enviado: Agosto, 2019.



MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC JOURNAL

**NÚCLEO DO
CONHECIMENTO**

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NÚCLEO DO

CONHECIMENTO ISSN: 2448-0959

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>

Aprovado: Abril, 2020.

RC: 49130

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/preconceito-linguistico>